

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

DECRETO NORMATIVO Nº 3.503/2019

ESTABELECE PRAZO E FORMA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo nº 68, VIII e XVII, da Lei Orgânica do Município e

- considerando a Lei Complementar nº 41/2017 — Código Tributário Municipal, em seu artigo 77, Parágrafo único que determina a regulamentação do recolhimento do IPTU.

DECRETA:

- **Art. 1º** O recolhimento dos créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2020 far-se-á nos seguintes prazos e modalidades:
- I Em uma única parcela, até o dia 30/06/2020, com desconto de 17% (dezessete por cento);
- II Em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, em 03 (três) parcelas, sendo a primeira parcela até o dia 30/06/2020, a segunda parcela até o dia 31/07/2020 e a terceira parcela até o dia 31/08/2020, sem desconto ou acréscimo.
- III Após a data de vencimento, e até o dia 30/12/2020, em até três parcelas, com juros de mora de 1% (Um porcento) ao mês, e multa diária de 0,33% até o limite de 20%, incidentes sobre valor total.
- § 1º Os carnês para recolhimento dos créditos tributários referentes de IPTU e Taxas serão enviados, via correios, para os endereços constantes do Cadastro Imobiliário Municipal, ficando cientificado que o contribuinte que não receber o referido carnê deverá retirá-lo na Gerencia de Administração Tributária da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente normal, antes do vencimento da primeira parcela, ou ainda via internet no site www.domingosmartins.es.gov.br, sob pena de constituição em mora.



Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

- **Art. 2º** O contribuinte que não optar pelo pagamento a vista ou em cota única, ficará sujeito ao recolhimento do valor fixado para "pagamento parcelado", mesmo que promova a quitação de uma só vez.
- **Art. 3º** O IPTU e as Taxas que com ele são cobradas, não recolhidos nos vencimentos previstos neste Decreto, serão inscritos em Dívida Ativa, na forma e com os acréscimos legais previstos no Código Tributário do Município, pelo valor total do tributo, sem o desconto aplicado para pagamento em cota única.
- **Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins – ES, 20 de dezembro de 2019.

WANZETE KRUGER
Prefeito